



**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
**GABINETE DES. ANTONIO DE MELO E LIMA**



**APELAÇÃO Nº 0017520-08.2009.8.17.0810 (0289828-2)**

**APELANTE:** José Valdomiro dos Santos Filho

**APELADO:** Ministério Público do estado de Pernambuco

**RELATOR:** Des. ANTONIO DE MELO E LIMA

**REVISOR:** Des. Mauro Alencar de Barros

**ÓRGÃO JULGADOR:** Segunda Câmara Criminal

**PROCURADOR DE JUSTIÇA:** Dr. Renato da Silva Filho

**EMENTA:** PENAL E PROCESSO PENAL. TRIBUNAL DO JÚRI. RECURSO DEFENSIVO. HOMICÍDIO PRIVILEGIADO-QUALIFICADO. ALEGAÇÃO DE NULIDADE. INOCORRÊNCIA. POSSIBILIDADE DE COEXISTÊNCIA DO PRIVILÉGIO COM CIRCUNSTÂNCIA QUALIFICADORA DE NATUREZA OBJETIVA. RECURSO IMPROVIDO.

1. Conforme reiterada jurisprudência, é plenamente possível a figura do homicídio privilegiado-qualificado, desde que não haja incompatibilidade entre as circunstâncias do caso. Admite-se, assim, a coexistência de qualificadoras de ordem objetiva (meios e modos de execução do crime) e as causas de diminuição de pena do § 1.º do art. 121 do Código Penal, que, por sua vez, têm natureza subjetiva. Precedentes STF e STJ.

2. Recurso improvido. Decisão Unânime.

**ACÓRDÃO**

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos de Apelação Nº 0017520-08.2009.8.17.0810 (0289828-2), do Tribunal do Júri da Comarca de Jaboatão dos Guararapes, em que figuram como partes as acima mencionadas, acordam os Desembargadores componentes da Segunda Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco, em sessão do dia \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_, por decisão unânime, em negar provimento ao recurso, tudo conforme consta do relatório e dos votos digitados em anexo, que passam a fazer parte do julgado.

Recife \_\_\_\_ de \_\_\_\_ de 2013

Des. Antonio de Melo e Lima  
Relator



**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
**GABINETE DES. ANTONIO DE MELO E LIMA**



**APELAÇÃO Nº 0017520-08.2009.8.17.0810 (0289828-2)**

**APELANTE:** José Valdomiro dos Santos Filho

**APELADO:** Ministério Público do estado de Pernambuco

**RELATOR:** Des. ANTONIO DE MELO E LIMA

**REVISOR:** Des. Mauro Alencar de Barros

**ÓRGÃO JULGADOR:** Segunda Câmara Criminal

**PROCURADOR DE JUSTIÇA:** Dr. Renato da Silva Filho

**RELATÓRIO**

**José Valdomiro dos Santos Filho**, devidamente qualificado nos autos, recorre contra decisão do Tribunal do Júri da Comarca de Jaboatão dos Guararapes, que o condenou como incurso no delito descrito no art. 121, §§ 1º e 2º, IV, do Código Penal (homicídio privilegiado-qualificado), tendo-lhe sido aplicada a pena de 15 (quinze) anos de reclusão, em regime inicial fechado.

Nas razões de fls. 226/227, a Defesa alega nulidade no julgamento, argumentando, em síntese, que uma vez acolhida pelos Jurados a tese de homicídio privilegiado os quesitos relativos às qualificadoras restariam prejudicados, sendo, portanto, incompatível o reconhecimento do privilégio com a qualificadora de utilização de recurso que impossibilitou a defesa da vítima.

O Ministério Público ofereceu contrarrazões às fls. 229/232, pugnando pela manutenção do *decisum*.

A douta Procuradoria de Justiça, em parecer da lavra do Dr. Renato da Silva Filho, pugnou pelo improvimento do recurso (fls. 251/252).

**É o relatório. À douta revisão.**

Recife 06 de Agosto 2013.

**Des. Antonio de Melo de Lima**  
Relator



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO  
GABINETE DES. ANTONIO DE MELO E LIMA



**APELAÇÃO Nº 0017520-08.2009.8.17.0810 (0289828-2)**

**APELANTE:** José Valdomiro dos Santos Filho

**APELADO:** Ministério Público do estado de Pernambuco

**RELATOR:** Des. ANTONIO DE MELO E LIMA

**REVISOR:** Des. Mauro Alencar de Barros

**ÓRGÃO JULGADOR:** Segunda Câmara Criminal

**PROCURADOR DE JUSTIÇA:** Dr. Renato da Silva Filho

**VOTO DO RELATOR**

Srs. Desembargadores,

Conforme relatado, por meio do presente recurso, **José Valdomiro dos Santos Filho** visa à anulação do julgamento proferido pelo Tribunal do Júri da Comarca de Jaboatão do Guararapes, por meio do qual restou condenado pela prática de homicídio privilegiado-qualificado (art. 121, §§ 1º e 2º, IV, do Código Penal).

Para tanto, alega a Defesa que o reconhecimento do homicídio privilegiado é incompatível com a qualificadora de utilização de recurso que impossibilitou a defesa da vítima, pelo que entende que os quesitos subsequentes ao acolhimento do privilégio deveriam ter sido julgados prejudicados.

Portanto, a questão posta em julgamento diz respeito unicamente à possibilidade de subsistirem a figura do homicídio privilegiado com a qualificadora prevista no IV, § 2º, do art. 121, CP.

Pois bem.

Como sabido, conquanto haja divergências, prevalece na doutrina e na jurisprudência pátria o entendimento segundo o qual é plenamente possível a concomitância de uma circunstância subjetiva, que constitua o privilégio, com uma circunstância qualificadora, desde que esta seja objetiva. Ou seja, “*é preciso que haja uma compatibilidade lógica entre as circunstâncias*”<sup>1</sup>.

<sup>1</sup> NUCCI, Guilherme de Souza. *Código penal anotado*. 7. ed. rev., atual. e ampl. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2007. p.547



**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
**GABINETE DES. ANTONIO DE MELO E LIMA**



Ora, essa é exatamente a situação observada nos presentes autos, em que o Conselho de Sentença, conquanto tenha reconhecimento que o réu agiu cometido sob o domínio de violenta emoção, logo após injusta provocação da vítima, entendeu, igualmente, que o mesmo fez uso de recurso que dificultou ou tornou impossível a defesa da vítima (fl. 218/219).

Destarte, tratando-se de circunstância qualificadora de ordem objetiva, diferente do que aduziu a Defesa, não há que se falar de prejudicialidade do quesito relativo à qualificadora de utilização de recurso que impossibilitou a defesa do ofendido, em razão do reconhecimento do privilégio na resposta ao quesito antecedente.

Decerto, conforme destacou o Exmo. Procurador de Justiça, Dr. Renato da Silva Filho, no parecer de fls. 250/252, *“além do argumento do Apelante não possuir amparo legal, o Supremo Tribunal Federal e o Superior Tribunal de Justiça já pacificaram o entendimento de que há compatibilidade entre as qualificadoras de ordem objetiva – dentre as quais a qualificadora do caso em tela – e causas de diminuição de pena dispostas no § º, do art. 121, do CPB, as quais têm natureza subjetiva”*.

A propósito, confirmam-se, no que interessa, os seguintes julgados do Supremo Tribunal Federal e do Superior Tribunal de Justiça, respectivamente:

**“[...] A jurisprudência do Supremo Tribunal Federal é firme no sentido da possibilidade de homicídio privilegiado-qualificado, desde que não haja incompatibilidade entre as circunstâncias do caso. Noutro dizer, tratando-se de qualificadora de caráter objetivo (meios e modos de execução do crime), é possível o reconhecimento do privilégio (sempre de natureza subjetiva). [...]”** (HC 97034, Relator(a): Min. AYRES BRITTO, Primeira Turma, julgado em 06/04/2010, DJe-081 DIVULG 06-05-2010 PUBLIC 07-05-2010 EMENT VOL-02400-02 PP-00418)

**“[...] A jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça tem reiterado entendimento no sentido de que há compatibilidade entre as qualificadoras de ordem objetiva**



**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
**GABINETE DES. ANTONIO DE MELO E LIMA**

---

**e as causas de diminuição de pena do § 1.º do art. 121 do Código Penal, que, por sua vez, têm natureza subjetiva. [...]. (HC 171.652/SP, Rel. Ministro CAMPOS MARQUES (DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TJ/PR), QUINTA TURMA, julgado em 18/10/2012, DJe 23/10/2012)**

Ante o exposto, sem maiores delongas, e em consonância com o parecer da douta Procuradoria de Justiça, **nego provimento** ao presente recurso.

Após o trânsito em julgado desta decisão, **expeça-se mandado de prisão.**

**É como voto.**

Recife 26 de maio de 2013.

Des. Antonio de Melo e Lima  
Relator



**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
*Gabinete Des. Mauro Alencar de Barros*



Apelação Criminal nº: **0289828-2 (0017520-08.2009.8.17.0810)**  
Comarca Origem: **1º Vara do Tribunal do Juri – Jaboatão dos Guararapes**  
Apelante: **José Valdomiro dos Santos Filho**  
Apelado: **Ministério Público do Estado de Pernambuco**  
Relator: **Dr. Antônio de Melo e Lima**  
Revisor: **Des. Mauro Alencar de Barros**  
Procuradora de Justiça: **Dr. Renato da Silva Filho**  
Órgão Julgador: **2ª Câmara Criminal**

**VOTO DE REVISÃO**

Trata-se de recurso de apelação interposto por **José Valdomiro dos Santos Filho**, em face da sentença prolatada pelo MM. Juiz de Direito da 1ª Vara do Tribunal do Juri da Comarca de Jaboatão dos Guararapes, que condenou o apelante a **pena de 15 (quinze) anos de reclusão, a ser cumprida inicialmente em regime fechado.**

Conforme consta nos autos o apelado foi submetido ao julgamento pelo Tribunal do Juri da Comarca de Jaboatão dos Guararapes sob a acusação de ter praticado homicídio qualificado (art. 121 § 2º, inciso IV do CP). Ocasão a qual, os jurados acolheram os fatos trazidos na denuncia, bem como, a tese sustentada pela defesa de homicídio privilegiado (art. 121 §1º do CPB).

Pretende a defesa (fls. 225/227) de José Valdomiro dos Santos Filho a anulação da decisão proferida. Alega que os jurados reconheceram a tese de homicídio privilegiado, estando de tal modo, prejudicados os eventuais quesitos sobre circunstâncias qualificadoras.

Em contrarrazões, o Ministério Público defende a manutenção da sentença (fls. 229/232). Instada a se pronunciar, a Procuradoria de Justiça opinou pela manutenção da sentença em todos os seus termos (fls. 250/252).

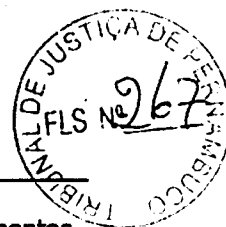
É o sucinto relatório. DECIDO.

Entendo que o pleito da defesa não merece prospera. O argumento do recorrente não possui amparo legal, nem respaldo nas decisões do Superior Tribunal de Justiça

MY



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO  
Gabinete Des. Mauro Alencar de Barros



nem do Supremo Tribunal Federal, uma vez que ambos já consolidaram seus entendimentos no viés da **compatibilidade entre as qualificadoras de ordem objetiva, no caso o § 2º, inciso IV do art. 121 do CP, e as causas de diminuição de pena disposta no art. 121 §1º do CPB.**

Na esteira do ensinamento do professor Guilherme de Souza Nucci, o mesmo afirma que prevalece na doutrina e na jurisprudência a admissão da forma **privilegiada-qualificada**, desde que exista compatibilidade lógica entre as circunstâncias (TJSP, Ap Crim 223.585-3/6). Via de regra, pode se aceitar a existência concomitante de qualificadoras objetivas com as circunstâncias legais do privilégio, que são de ordem subjetiva (motivo de relevante valor social e domínio de violenta emoção).

O que não se pode acolher é a convivência pacífica das qualificadoras subjetivas com qualquer forma de privilégio, tal como seria o homicídio praticado, ao mesmo tempo, por motivo fútil e por relevante valor moral. Nessa linha, a jurisprudência do Supremo que admite a possibilidade de ocorrência de homicídio privilegiado-qualificado, desde que não haja incompatibilidade entre as circunstâncias aplicáveis. Precedente: HC 76.196-GO.

Ementa: HABEAS-CORPUS. **HOMICÍDIO PRIVILEGIADO QUALIFICADO: POSSIBILIDADE, MESMO COM O ADVENTO DA LEI DOS CRIMES HEDIONDOS** . PENA-BASE: FIXAÇÃO A PARTIR DA MÉDIA DOS EXTREMOS COMINADOS, OU DA SUA SEMI-SOMA, E FUNDAMENTAÇÃO; PRINCÍPIO DA INDIVIDUALIZAÇÃO DA PENA. 1. A atual jurisprudência do Supremo Tribunal Federal admite a possibilidade de ocorrência de homicídio privilegiado qualificado, desde que não haja incompatibilidade entre as circunstâncias aplicáveis

Por tais razões, voto **pelo improvimento do recurso**, devendo a sentença ser mantida em todos os seus termos.

É como voto.

Recife, 26 de 03 de 2013.

  
**Des. MAURO ALENCAR DE BARROS**  
Revisor